



16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

OS RÉUS DA DEVISSA E O DIREITO DE USO DE CETINS E DIAMANTES

Defendants of Devassa and the right to use satins and diamonds

Santos, Antônio F. B.; PhD; Universidade FUMEC, fbatista@fumec.br¹

Vilela, Andréa P. X.; PhD; Universidade Federal de Minas Gerais, av.vilela@gmail.com²

Resumo: O presente estudo objetiva destacar a relevância da indumentária colonial mineira como documento que testemunha os valores culturais da sociedade. Para isso, as peças de indumentária e objetos têxteis pertencentes aos réus da Inconfidência Mineira, apreendidos e citados nos “Autos da Devassa” foram investigados, o que resultou no resgate, reconstituição e ilustrações desse acervo. Esta pesquisa abordou ainda a visão de diferentes autores sobre o movimento que testemunha os modos de vida da Minas Gerais colonial.

Palavras chave: Indumentária colonial mineira 1; Inconfidência Mineira 2; Patrimônio Têxtil 3.

Abstract: The present study aims to highlight the relevance of colonial clothing from Minas Gerais State, Brazil, as a document that bears witness to the cultural values of society. For this, the pieces of clothing and textile objects belonging to the defendants of the Inconfidência Mineira, seized and mentioned in the “Autos da Devassa” were investigated, which resulted in the rescue, reconstitution and illustrations of this collection. Thus, this research also addressed the views of different authors about the movement that witnesses the ways of life in colonial Minas Gerais.


Keywords: Clothing of Minas Gerais colonial period 1; Minas Gerais mistrust 2; textile heritage 3

Introdução

O presente artigo apresenta o resultado parcial de pesquisa que vem sendo desenvolvida na Universidade FUMEC em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e que tem como objetivo a recuperação, identificação, registro e reconstituição da indumentária do período colonial mineiro. Para tanto tomou-se como principal referência o acervo relacionado na lista de bens sequestrados pela coroa portuguesa pertencentes aos inconfidentes e que se encontram relacionados no documento “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira”. Inicialmente foram recuperadas, por meio de ilustrações, algumas peças de cada um dos réus da inconfidência. Tais ilustrações

¹ Doutor em Artes Visuais pela Universidade Politécnica de Valência; mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais; Especialista em Arte e Cultura Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto e em Conservação e Restauração pela Universidade Federal de Minas Gerais; Graduado em Comunicação Visual pela Fundação Universitária Mineira de Arte; Professor e Coordenador do Curso de Design de Moda da Universidade FUMEC; membro dos grupos de pesquisa PEDAGOLAB/FUMEC; STUDIOLO/UFMG.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais; mestre em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais; Bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora dos Cursos de Artes Visuais e Design de Moda da Universidade Federal de Minas Gerais; membro dos grupos de pesquisa NEDEC/UFMG, STUDIOLO/UFMG, NUPPE/UFU.





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

serviram de base para o desenvolvimento da modelagem daquelas peças inicialmente selecionadas. O levantamento feito permitiu identificar a sofisticação das peças de indumentária, tecidos e acessórios que faziam parte do acervo de suas posses. Na pesquisa buscou-se apresentar a visão de diversos autores, como Marco Aurélio Drumond, Saint-Hilaire, Kenneth Maxwell, João Pinto Furtado, Ilca Pereira de Oliveira, dentre outros. Foram reunidos inicialmente dados acerca da inconfidência e seus personagens para então tratar das condições materiais dos inconfidentes apresentando os gêneros têxteis como bens de relevância nos inventários. Com essa pesquisa foi possível identificar, a partir desses autores, não só gêneros têxteis que eram comercializados na Comarca Colonial de Minas Gerais, mas também os modos de vida nessa parte da Colônia. Tais informações apontaram para o requinte e sofisticação a que a sociedade colonial mineira tinha acesso. Ressalta-se que uma das reivindicações dos inconfidentes se referia ao direito de uso dos cetins e diamantes. Durante essa identificação vale destacar o relato de Auguste de Saint-Hilaire em que este descreve a semelhança entre os modos de vestir das mulheres da Comarca de Minas, vivendo a tão grande distância do litoral, e as damas da sociedade europeia. Finalmente o artigo aponta para a relevância da indumentária e produtos têxteis como documentos que dão testemunho dos valores culturais de uma sociedade, bem como para a necessidade de preencher as lacunas relacionadas ao tema no que se refere à sociedade do período colonial, notadamente ao século XVIII.


**16º****COLÓQUIO
DE MODA****EDIÇÃO ONLINE**
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

O material têxtil: da tradição à interdição

Em 1785 a rainha D. Maria I de Portugal assinou um alvará que determinava o fechamento de todas as manufaturas existentes no Brasil, e proibindo, na colônia, a confecção de tecidos finos em lã, linho e algodão (FONSECA, 1984, p.4). Em Minas Gerais a tecelagem do algodão já se mostrava em franca expansão e a produção têxtil poderia ter ganhado outros contornos. O documento da rainha autorizava somente a produção de tecidos grosseiros de algodão, destinados à indumentária dos escravos, a produção de fardos e de embalagens para produtos. O alvará tinha como principal objetivo estimular a produção portuguesa e favorecer o comércio com a Inglaterra, que na época vendia algodão para o Brasil através de Portugal. Dessa proibição resultou a necessidade de importação, pelos brasileiros, de tecidos destinados à produção de peças mais sofisticadas, direcionadas à nobreza e também às necessidades das irmandades religiosas, tanto para a indumentária e paramentos religiosos como para o uso em forrações de mobiliário, locais nobres e paredes de edificações dos mais abastados. Assim, até a revogação do alvará por D. João VI, em 1808, com o objetivo de dotar a colônia da infraestrutura necessária para a futura sede da monarquia portuguesa, os veludos, damascos, sedas lavradas e outros gêneros têxteis que aportaram em terras brasileiras foram importados da Europa, através do comércio com Portugal. Se nesse período os tecidos já eram valorizados no seu local de origem, em terras brasileiras ele vai representar um produto de extremo luxo, sendo comercializados a preços altíssimos pelos mercadores que os traziam de navio ao Brasil.

Esses tecidos de origem europeia não só serviram para atender à produção das peças de indumentárias das pessoas abastadas, como também, principalmente as sedas lavradas com seus motivos florais serviram de inspiração para os artistas mineiros, que deles retiravam as composições florais destinadas a decorar o interior rococó dos locais mais importantes e sagrados das igrejas mineiras e espaços requintados dos casarões da nobreza mineira.

Por outro lado, mesmo sob as determinações do alvará da rainha, a atividade têxtil, considerada ilegal na colônia, continuou a ser desenvolvida clandestinamente em uma





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE

DE 09/09 A 13/10 DE 2021


infinitude de teares espalhados pelo Brasil, destacando a produção do estado de Minas Gerais. Aqui os tecidos de linho e de lã eram produzidos como se tudo fosse algodão. Essa produção atendia às necessidades da maior parte da população, chegando a abastecer outras províncias ao longo do século seguinte, sobretudo o Rio de Janeiro, onde já se instalara a Corte desde 1808.

Embora a produção dos tecidos de lã fosse comum no Brasil e em Minas Gerais, a fibra do algodão foi a base de quase tudo que se produziu no estado até o final do século XIX. Depois do Maranhão e Pernambuco, Minas Gerais possuía a melhor fibra de algodão e dela originou o tecido que foi identificado, no século XIX, como “Pano de Minas”.

A forma de vestir da população pobre livre e liberta de Minas Gerais colonial, mais especificamente na capital da província resultou em “um instrumento de diferenciação social e de manutenção do status social em uma sociedade glorificadora da aparência” (JANUÁRIO, 2004, p.1)

Carla Maria de Carvalho Almeida em sua tese de doutorado ressalta que os habitantes de Vila Rica tinham por prazer investir em objetos que garantissem a aparência, fruto do ideal aristocrático presente na comarca, já que tinham em seu território uma vila que era a sede da capitania de minas (ALMEIDA, 2001).

Quatro anos depois de assinado o alvará pela rainha D. Maria I, em 1789, e em pleno ciclo do ouro, é desencadeada uma rebelião na capitania de Minas Gerais, contra, entre outros motivos, os impostos extorsivos da Coroa sobre o ouro extraído em solo mineiro. A Inconfidência ou Conjuração Mineira foi um dos mais importantes movimentos sociais da História do Brasil e significou a luta do povo brasileiro pela liberdade, e contra a opressão do governo português no período colonial. O Brasil, ainda colônia portuguesa, sofria com os abusos políticos e com a cobrança de altas taxas e impostos. Além disso, a metrópole havia decretado uma série de leis que prejudicavam o desenvolvimento industrial e comercial do país, como exemplo a já citada lei que proibia o funcionamento de indústrias fabris em território nacional.





16º

COLÓQUIO
DE MODA


EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

E assim, uma das reivindicações dos inconfidentes em 1789, citada no testemunho do Dr. Domingos Vidal Barbosa e publicada nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, estava relacionada à democratização dos trajes e uso dos cetins e das sedas. O testemunho tem início com a informação sobre a autossuficiência do Brasil, caso fosse independente de Portugal e descreve que o “Doutor Cláudio, o Cônego Luís Vieira, e o Desembargador Gonzaga tinham já feito as leis para se governassem, nas quais se ordenava que todo o homem plebeu poderia vestir cetins, que os diamantes seriam francos” (AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA, 1986, v.1, p.214). Por esta citação é possível concluir sobre o desejo da liberdade do uso dos trajes pelos plebeus e a intensão dos inconfidentes em abolir as leis suntuárias.

Sobre a chegada no Brasil de tecidos de origem espanhola, Frei Vicente do Salvador descreve que “costumavam vir ao Brasil *urcas* flamengas despachadas, e fretadas em Lisboa, Porto, e Viana com fazendas da sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar” (SALVADOR, 1982, p.292). Sabe-se que os tecidos destinados ao vestuário, à decoração de interiores nobres e para uso eclesiástico eram considerados produtos preciosos e junto a outras mercadorias eles só chegavam no interior mineiro em animais de carga, depois de desembarcarem dos navios, nos portos litorâneos. De volta, as naus levavam em troca o açúcar, o algodão e principalmente carregamentos de pau-brasil, madeira tintorial, largamente utilizada na Europa como corante na manufatura têxtil.

Os gêneros têxteis e aviamentos de indumentárias comercializados em Vila Rica colonial

Os estudos da pesquisadora Alexandra Maria Pereira (2013) sobre o movimento de um estabelecimento comercial de Vila Rica setecentista apresentam importantes referências sobre as categorias de produtos comercializados na comarca colonial. A autora analisa minuciosamente o estabelecimento de propriedade do Sr. Jorge Pinto de Azevedo e identifica uma grande variedade de gêneros têxteis e outros materiais relacionados à produção da indumentária, tais como aviamentos, acessórios e outros, dentre os variados produtos ali comercializados. O Documento identifica o tecido como





16º


COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

o gênero de maior consumo no estabelecimento, aproximadamente 65% do total dos produtos comercializados e vinte vezes mais que os utensílios de casa. Em seguida aos tecidos encontram-se os aviamentos, linhas e rendas e em terceiro lugar os artigos de vestuário. Estas informações já são suficientes para comprovar a preocupação com a tentativa de parecer nobre nas terras coloniais mineiras, a busca pela boa aparência, um conflito entre o ser e o parecer.

Os papéis do estabelecimento comercial do Sr. Jorge Pinto de Azevedo aponta para a variedade dos gêneros de tecidos vendidos, perfazendo um total de 58 categorias têxteis. Apesar da procura bastante diversificada, a baeta, o pano, o veludo e a nobreza eram os gêneros mais procurados pelos consumidores mineiros. A quantidade de cada tecido e o valor pago possibilitou verificar as diferenças entre gêneros de usos mais comuns e aqueles de luxo. Tecidos como a nobreza, espécie de canelado de seda bastante comum nas sedas lavradas das indumentárias espanholas e francesas setecentistas, ou mesmo o galacê e a cambraia da Índia alcançaram um maior valor, mesmo em quantidade menor, o que supõe tratar dos gêneros têxteis mais luxuosos entre aqueles comercializados.

O comércio de gêneros têxteis de boa qualidade em Minas Gerais não ficou restrito apenas no entorno da capital da Província, Vila Rica. A mesma variedade de tecidos nobres foi também negociada em estabelecimentos comerciais na região da Comarca do Rio das Velhas. Segundo os estudos de Marco Aurélio Drumond, as três lojas de propriedade de Mathias de Crasto Porto, a da Vila de Sabará, a da Roça Grande e a de São Romão vendiam as variedades de tafetá, damasco, nobreza, crepe, veludo, chamalote, dentre outros gêneros (DRUMOND, 2008, p.55-56), corroborando com ideia de luxo e pompa que vivia a sociedade colonial mineira. No início do século seguinte, Auguste de Saint-Hilaire descreveu a maneira de vestir das mulheres em Vila Rica. Segundo o naturalista estas mulheres eram dignas de crítica de um francês chegado de Paris, e se diz admirado por não ver, “a tão grande distância do litoral, diferença mais sensível ainda entre as maneiras dessas senhoras e as das europeias”. (SAINT-HILAIRE, 2000, p.74).





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE


DE 09/09 A 13/10 DE 2021

A inconfidência e os inconfidentes na visão dos autores e atores

A Inconfidência Mineira, movimento desencadeado em Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII, foi tema de vários autores, em diferentes épocas, com relatos sob diferentes perspectivas. Tecido por uma trama de fios duplos o movimento e seus personagens foram amplamente explorados por poetas, artistas e historiadores. Por um lado, desencadeia um viés ficcional e poético e pelo outro o destaque pelo lado histórico. Entre as figuras dos inconfidentes, alvos de uma infinidade de estudos e ensaios, aparece em evidência a imagem do próprio poeta Tomás Antônio Gonzaga. Além das várias publicações a seu respeito, entre estudos, poemas e obras ficcionais, há ainda seus poemas que relatam o amor por sua noiva, Maria Doroteia Joaquina de Seixas Brandão, *Marília de Dirceu* (GONZAGA, 2006), publicada em Lisboa em 1792, e ainda as *Cartas Chilenas* (1744-1810) (GONZAGA, 2006), uma das obras satíricas mais emblemáticas desse período, composta por poemas que circularam na cidade de Vila Rica no contexto da Inconfidência Mineira. Durante muito tempo a obra foi considerada de autoria anônima.

O movimento da conjuração visto e analisado por um olhar distante foi registrado na obra do inglês Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808* (MAXWELL, 1978). O livro, editado em 1973 na Inglaterra, apresenta o olhar estrangeiro sobre o tema e propõe apresentar uma revisão à versão oficial do movimento. O autor apresenta suas hipóteses respaldadas por documentos e raciocínios que as sustentam, relatando uma versão mais lógica para os acontecimentos que nortearam a relação entre o Brasil e Portugal, com uma abordagem dos fatos históricos de forma crítica.

Outros autores e atores da Conjuração Mineira deixaram registrados documentos importantes sobre movimento e que hoje se encontram disponíveis para interpretação e pesquisas. Em 1955 Augusto de Lima Junior escreve, a pedido do Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, a *Pequena Historia da Inconfidência de Minas Gerais* (LIMA JUNIOR, 1955). Em 1989 José Lino Grünwald organiza a obra *Os Poetas da Inconfidência* (GRÜNEVALD, 1989), livro lançado para as comemorações do bicentenário da Inconfidência Mineira. Nesse livro foi reunido o que





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021


há de mais significativo na obra dos poetas inconfidentes, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, incluindo uma seleção das Cartas Chilenas, em que este último satiriza, através de versos alegóricos, a situação política de fins do século XVIII. A obra situa o momento histórico em que se deu a produção desses poetas, apresentando, em linhas gerais, o Arcadismo.

Duas publicações mais recentes também trataram do tema de maneira mais realista, e são elas: *O Manto de Penélope* (FURTADO, 2002), de João Pinto Furtado e *Os fios e os Bordados* (OLIVEIRA, 2012) de Ilca Vieira de Oliveira. O primeiro trata da historiografia da Inconfidência apresentando uma visão de caráter mais humano à figura de Tiradentes. O segundo livro, *Os Fios e os Bordados*, apresenta um minucioso estudo das tradicionais imagens do poeta Tomás Antônio Gonzaga presentes na ficção literária Brasileira.

Dentre um grande número de publicações sobre o assunto, destaca-se o documento *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (1982), referência base para a presente pesquisa. Os onze volumes da publicação datada de 1982 e supervisionada por Herculano Gomes Mathias, tratam dos autos do processo judicial movido pela coroa portuguesa contra o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e demais participantes do movimento da Conjuração. O documento tem como principal objetivo a apuração de crime e traição, previstos nas Ordenanças Filipinas, legislação portuguesa vigente no período.

As condições materiais e estruturas de posses dos inconfidentes – os autos de sequestro

Dentre os onze volumes dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira o volume de número seis é no seu todo dedicado à publicação dos Traslados dos Autos de Sequestros executados nos bens dos réus da Conjuração Mineira de 1789-92. A publicação aponta avaliações e arrematações dos mesmos, em cumprimento às ordens dos Juízes das Devassas abertas no Rio de Janeiro e Vila Rica, apresenta dados relacionados às posses dos atores, os créditos e dívidas pessoais das vítimas, a natureza dos seus bens móveis,





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE


DE 09/09 A 13/10 DE 2021

imóveis e semoventes, relacionando todo o acervo de uso doméstico e pessoal, peças de indumentária, inclusive “roupas brancas”, pedras preciosas, joias e ornamentos e acessórios diversos. Destacam-se esses últimos, os elementos básicos para abastecer de dados e informações essa pesquisa.

Ao contrário da avaliação de vários autores que identificam o movimento da inconfidência como um complô de letrados, pode-se claramente concluir pelas posses e riqueza apresentadas nos autos, que muitos dos inconfidentes eram homens de poucas letras ou mesmo “rústicos”, usando uma expressão da época. Dessa forma, as peças de indumentária e outros objetos arrolados dentre os bens de cada um demonstram variadas categorias.

De todos os réus da inconfidência apenas José Alvares Maciel e José de Resende Costa não tiveram seus bens expostos a sequestro. Segundo explicação de Rodolfo Garcia na publicação dos Autos de Devassa da Inconfidência da Biblioteca Nacional de 1937, “por serem filhos-família e viveram debaixo do pátrio poder de seus pais, o capitão-mor e o coronel dos mesmos e respectivos nomes” (AUTOS DE DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA, 1982, v.6, P.15)

Os inventários e depósitos para sequestro dos bens dos réus da Conjuração Mineira tiveram início em maio de 1789 em casa de Domingos Fernandes da Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, local onde se refugiou e foi preso no dia 10 de maio de 1789 o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Aí foi sequestrada uma infinidade de bens móveis, objetos de prata e ouro, roupas de cama e mesa, peças de indumentária e objetos pessoais, mobiliário, utensílios e adornos de casa; livros, ferramentas e recibos de crédito. Em abril de 1792 Domingos Fernandes da Cruz foi absolvido no Acórdão proferido nos autos da inconfidência vindos de Minas Gerais e com a devolução dos seus bens.





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021


Inventário ilustrado: recuperação de trajes

Os raros registros iconográficos acerca da indumentária da região das Minas Gerais do Brasil colonial setecentista, bem como dos modos de vestir da sociedade da época, fazem com que o trabalho de recuperação de peças e trajes, por meio de ilustração, se baseie, principalmente, em documentos escritos, relatos e textos diversos. A partir dessas referências as ilustrações podem ser criadas por aproximação, baseadas em imagens de pinturas e gravuras da época, bem como em peças conservadas em museus e acervos indumentários, principalmente da Europa, onde há um maior número de coleções que contam com trajes e peças do século XVIII.

Por mais que se tente trabalhar dentro de um rigor histórico e documental, criar imagens a partir da interpretação de textos e da aproximação por similaridade inevitavelmente torna-se um ato de construção ficcional. Além disso, até mesmo a catalogação dos bens de indumentária exige certo nível de interpretação. Alguns termos não designavam à época o que hoje passaram a designar, além disso, há nomes de peças e tecidos cuja apreensão do significado exige busca em documentos específicos. Assumir essa condição fez com que interessasse à pesquisa tanto os textos históricos e documentais como aqueles literários e poéticos.

A relação de bens dos inconfidentes ajuda a inferir alguma coisa de seus hábitos, costumes e posição social. Numa sociedade em que o jogo das aparências norteia as relações sociais, os bens que são revelados, e até mesmo aqueles que não o são, ajudam a compor a cenografia e o figurino da grande encenação social e os papéis nela desempenhados.

O trabalho referente à reconstituição e à montagem dos trajes completos de cada personagem réu da inconfidência mineira teve início a partir da seleção e escolha das peças de indumentária listadas no rol dos seus bens apreendidos — bens relacionados no documento “Autos de Devassa da Inconfidência Mineira” e apresentados na primeira etapa do projeto de pesquisa intitulado Autos de Devassa: inventário ilustrado dos inconfidentes. Esse trabalho privilegiou resgatar uma composição de peças



tradicionalmente usadas pelo homem dos finais do século XVIII, mais precisamente a época correspondente ao período colonial mineiro.

Inicialmente foi feita uma especulação gráfica de um conjunto completo de indumentária a ser selecionado para cada personagem inconfidente por meio de *roughs*, que serviram de base para a elaboração dos croquis. Estes foram feitos assumindo o caráter de ilustração, diante do qual cada personagem foi desenhado como se tomasse parte de uma narrativa ficcional. Tal escolha se baseou no fato de que, ao procurar recuperar as peças de indumentária a partir da descrição nos autos, qualquer imagem gerada seria resultado de especulações e aproximações feitas a partir de referências existentes em museus e arquivos, mas não seria, de fato, aquela peça específica pertencente àquele personagem da Inconfidência Mineira.

Figura 1 – Rough dos inconfidentes, Alferez Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes, Desembargador Tomás Antônio Gonzaga e Doutor Claudio Manoel da Costa



Fonte – Arquivo da Pesquisa – Desenho de Andréa Vilela

Para a representação das cores, categorias e gêneros dos tecidos empregados em cada uma das peças dos conjuntos, considerou-se a descrição dos itens arrolados nos bens de cada um dos inconfidentes. Já as referências relacionadas à silhueta do homem do final do século dezoito, às padronagens dos tecidos lavrados, dos motivos dos bordados, das

16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE

DE 09/09 A 13/10 DE 2021

texturas, recortes, aplicações, aviamentos, etc., foram extraídos de conjuntos completos e de peças dos acervos dos Museus do Traje de Madri e do Museu do Traje de Lisboa, tanto por meio de pesquisa e documentação fotográfica no local como pelos catálogos publicados desses dois acervos. Foram também fontes de fundamental importância para essas análises, as ilustrações de peças de indumentária de Auguste Raciner, Friedrich Hottenroth e de Carlos Julião; as referências da publicação espanhola “Monografía histórica e iconográfica del traje”, de D. José Puiggari (1888) e ainda as imagens e informações do livro de autoria de Avril Hart e Susan North “La moda de los siglos XVII-XVIII en detalle” (2009), publicação que apresenta, além de extensa documentação fotográfica de peças de indumentária do período, um grande número de desenhos e esquemas detalhados de cada uma delas.

Figura 2 – Ilustração dos inconfidentes, Alferes Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes, Desembargador Tomás Antônio Gonzaga e Doutor Claudio Manoel da Costa



Fonte – Arquivo da Pesquisa – Ilustração de Andréa Vilela

A conclusão desse trabalho resultou na produção dos croquis, ilustrações a cores do personagem inconfidente representado com o conjunto completo de peças que compõem a sua indumentária, com todos os seus complementos e acessórios, no mais completo e elaborado atavio. Na composição da produção de cada traje, ou seja, seleção e montagem das peças no



16º

COLÓQUIO
DE MODA


EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

personagem, buscou-se uma combinação de maior conformidade entre os materiais, padrões têxteis e cromatismo, tudo em consonância com uma harmonia de cores e matizes.

Na etapa seguinte partiu-se para a produção dos desenhos técnicos de cada uma das peças dos conjuntos de indumentária dos personagens. O desenho técnico, ou desenho plano de moda é caracterizado pela normatização e apropriação das regras da geometria descritiva e espacial na construção da representação gráfica das vistas das peças do vestuário – frontal, posterior e lateral.

A seguir à conclusão dos desenhos técnicos deu-se início ao trabalho referente à modelagem das peças. Para a realização desta etapa, com o objetivo de reproduzir cada uma das peças com uma silhueta e composição formal mais aproximada de uma peça de indumentária do período estudado, realizou-se uma extensa pesquisa sobre os tratados de modelagem do século XVII e do século XVIII. Poucos séculos foram tão ricos em pintura e literatura como o século XVII, e seguindo a indústria têxtil e a produção de indumentária, com a mesma produção e refinamento. Desta época foram identificados vários tratados de alfaiataria. O tratado de Geometria y Traças de Baltazar Segovia, publicado em Barcelona em 1617, foi dedicado quase que exclusivamente à indumentária religiosa. O tratado de Geometria y traças de Francisco de la Rocha, publicado por Patricio Mey em Valência no ano de 1618, e o tratado de Geometria y traças de Martín de Andújar, publicado pela Imprensa Real de Madri no ano 1640. Apesar de esses tratados datarem do século XVII, principalmente este último teve importante função para os estudos, de interpretação, recuperação e reprodução das modelagens das peças em estudo, já que este apresenta uma parte dedicada aos conjuntos completos masculinos, franceses e espanhóis.

Do século XVIII foi identificado um tratado de alfaiataria, datado de 1720, escrito por Juan de Albayceta e publicado em Zaragoza, seguindo o modelo de exposição das modelagens iniciadas no renascimento. O livro “Geometria y traças pertenecientes al oficio de sastres” se divide em cinco partes. Na primeira o autor inclui uma tabela de todas as peças em ordem alfabética. Na segunda, no prólogo, o autor explica a necessidade por parte dos alfaiates de conhecer as regras e preceitos da geometria e aritmética aplicadas à “vara de medir” (fita métrica) para poder desenhar qualquer gênero de roupa. Na terceira parte o autor teoriza acerca da vara de medir, depois de explicar sobre a sua origem, na quarta parte informa que é regido pela vara de Arasgón e oferece uma tabela





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

com as equivalências das varas de outros Reinos da Península Ibérica. Por último representa os desenhos das modelagens de uma série de peças de indumentária, dentre elas véstias, casacas, calções, hábitos, túnicas e ternos. Principalmente este último tratado foi fundamental para esta etapa do trabalho, fornecendo todas as referências de modelagem, composição, proporções e montagem das peças.

Considerações Finais


Apesar da importância do material têxtil bem como do conhecimento do modo de viver e vestir da população colonial para a história de Minas Gerais, ainda há muito o que se pesquisar acerca do tema. As pesquisas ou mesmo a bibliografia sobre história da indumentária brasileira apresenta muitas lacunas e na maioria das vezes contém informações equivocadas já consagradas pela sociedade. Da mesma forma a bibliografia sobre moda, indumentária, materiais e técnicas têxteis trata quase que exclusivamente da indumentária e dos costumes de civilizações da Europa e da Ásia, sem citar os costumes, tradições e modos de viver dos povos da América. Pesquisar e identificar a indumentária usada pelos réus da conjuração mineira mostra-se de fundamental importância para a cultura, para a história da indumentária e para a história brasileira em geral.

Há uma necessidade de conhecer o modo de vestir do homem público do período colonial mineiro, contribuindo para um melhor entendimento do vestuário e dos costumes da época e atualizando o tema com informações e apresentações mais precisas e próximas dos fatos. As imagens resultantes desta pesquisa guardam um caráter de divulgação e promoção da cultura mineira em geral, como importante meio de registro e documento da indumentária do réu inconfidente, de maneira a contribuir para o preenchimento dessa lacuna presente na história mineira.

Referências

ALMEIDA, Carla Maria de carvalho. **Homens ricos e homens bons: produção e hierarquização em Minas Gerais, 1750-1822**. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ALVES, Castro. **Gonzaga ou a revolução de minas**. Coleção Dramaturgia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Progresso, 1956.





16º

COLÓQUIO
DE MODA

EDIÇÃO ONLINE
DE 09/09 A 13/10 DE 2021

DÁVILA CORONA, Rosa Maria; DURAN PUJOL, Monserrat; GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo. **Diccionario histórico de telas y tejidos**. Salamanca: Junta de Castilla, Conserjería de Cultura y Turismo, 2004.

DRUMOND, Marco Aurélio. **Indumentária e Cultura Material: Produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711-1750)**. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JUNIOR, Augusto de Lima. **Pequena Historia da Inconfidência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

MOURÃO, Rui. **Boca de Chafariz**. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas, 1991.

OLIVEIRA, Ilca Vieira de. **Os Fios e os Bordados. Imagens de Gonzaga na ficção literária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente do. **Historia do Brasil: 1500-1627**. Editora Itatiaia, Belo Horizonte: 1982.

SANTOS, Antônio Fernando Batista dos. **Los tejidos labrados de España del siglo XVIII y las sedas imitadas del arte rococó en Minas Gerais (Brasil): análisis formal e analogías**. Tese de doutorado apresentada na Escola de Belas Artes da Universidade Politécnica de Valencia, Valencia, Espanha, 2009.

SOUZA, Antônio Gonçalves Teixeira e Souza. **Gonzaga e a conjuração de Tiradentes**.

<<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0221/Gonzaga.pdf>> Acesso em 10 junho de 2017.

